

PROMOÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA ONLINE DOS TRABALHADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA COM AUMENTO DE PRODUTIVIDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Outros temas relacionados à Administração da Justiça

Fábio Pereira Angelim (STJ); Raquel de Jesus Trinchão Barouh Torres (STJ); Rowena Carraca Neves (STJ); Maria do Carmo Parente Matias (STJ). Jéssyca Pacheco Pozzi (STJ)

RESUMO

A promoção de saúde e o bem-estar dos trabalhadores é uma preocupação das organizações de trabalho, conforme apontam Siqueira e Martins (2013). Além do impacto sobre uma gama de variáveis comportamentais, os afastamentos por motivos de adoecimento costumam ser uma das principais causas do absenteísmo. No Brasil, os transtornos mentais figuraram como a terceira maior causa para concessão de auxílio-doença e de aposentadorias por Invalidez de Natureza previdenciária e acidentária entre os anos de 2012 a 2016 (Brasil, 2017). Dados do Conselho Nacional de Justiça também evidenciam os transtornos mentais como as principais causas de licenças médicas entre os trabalhadores do judiciário. A letalidade da COVID-19 somada à sua alta transmissibilidade tornou essa pandemia o maior desafio em saúde mental até o presente momento para intuições de todo o mundo e para suas rede de assistência em saúde. O distanciamento social como a estratégia de prevenção universal mais eficaz para diminuir a transmissão do vírus Sars-cov-2, acarretou diversos estressores sociais e psicológicos que aumentaram a probabilidade de transtornos mentais na população, dificultaram o acesso aos serviços de saúde e diminuíram a disponibilidade das redes sociais de apoio das pessoas (incluindo familiares e colegas de trabalho). Com base em experiência com outras epidemias e pandemias, muitos autores propuseram que os serviços de saúde mental deveriam implementar metodologias de rastreamento e tratamento, com busca ativa dos casos mais graves ou em maior risco de transtornos mentais. Isso ampliaria a cobertura das equipes e viabilizaria o melhor uso dos recursos humanos disponíveis para melhorar as intervenções em saúde mental conforme as necessidades mudaram ao longo da pandemia. Considerando a população de servidores ativos e aposentados, comissionados e terceirizados da instituição, foram definidos os grupos de risco considerando o aumento de desgastes psicológicos para a população em geral, o maior risco de recaídas e incidência de novos casos de transtornos mentais, a ocorrência de violência e possível aumento nas taxas de suicídio em epidemias anteriores. Além destes, tornou-se fundamental considerar como grupos vulneráveis os pacientes com Covid-19, profissionais de saúde na linha de frente, as mulheres puérperas e os colegas e pessoas que experienciaram situações de luto. Ao longo da pandemia ainda foram identificados os gestores de equipe como grupo de risco em decorrência do estresse acumulado com as adaptações para o trabalho remoto e teletrabalho e, ainda, a necessidade de ajudar os colegas de trabalho que adoeciam ou tinham parentes adoecidos. Promover a saúde dos trabalhadores nesse contexto também se tornou uma pauta necessária na agenda das diversas organizações, incluindo as instituições públicas no Brasil. Este relatório técnico trata do programa de saúde realizado por uma instituição de justiça brasileira, no qual o cuidado com os seus trabalhadores incluiu a atenção às medidas preventivas no combate a COVID-19 e as suas diversas implicações sobre a saúde mental dos seus servidores. As intervenções de saúde mental em meio à pandemia de Covid-19 exigiram uma adaptação dos protocolos usuais de saúde mental, que foram muito além de possibilitar atendimento psicoterapêutico e psiquiátrico online. Foi necessário, estabelecer uma rotina de triagem para priorizar o atendimento com

múltiplas faixas e diferentes níveis de complexidade. Considerar a atenção à saúde mental como abordagem de saúde coletiva foi uma etapa decisiva para aproximar a atenção à saúde mental das demandas que surgiram durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021. A busca ativa das pessoas com maior risco de transtornos mentais foi uma estratégia necessária neste cenário e o uso de escalas para a avaliação rápida, padronizada e sistemática dos grupos de risco se provou uma estratégia eficiente e eficaz para viabilizar o atendimento dos casos mais graves, embasar ações de prevenção universal e ainda orientar a atuação de um equipe reduzida de profissionais de saúde para alcançarem centenas de pessoas. Com base em dados da sua população foram definidos 12 grupos prioritários para intervenção durante a pandemia: (1) Idosos aposentados e ativos na instituição; (2) Pacientes suspeitos ou confirmados com COVID-19; (3) Profissionais de saúde na linha de frente de atendimento COVID-19; 4) pacientes com alto risco de suicídio; (5) mulheres com alto risco de serem vítimas de violência doméstica; (6) puérperas; (7) pacientes com histórico de transtornos mentais severos; (8) pacientes com histórico de transtornos mentais; (9) pessoas enfrentando o luto durante a pandemia, (10) gestores, (11) servidores migrantes que assumiram cargos ao longo da pandemia e (12) ações para todos os 2.800 servidores ativos da instituição. A equipe de saúde mental conseguiu realizar ações de prevenção com alcance para mais de 3000 servidores, viabilizando a priorização dos casos mais graves e complexos. A utilização de metodologias de rastreamento online por meio de aplicativos como o google forms permitiu a triagem de centenas de pessoas rapidamente para oferecimento de assistência para aquelas que mais precisavam. A utilização da plataforma Microsoft Teams e Zoom permitiram também intervenções em grupos que aumentaram o apoio social entre colegas de trabalho e permitiu a orientação massiva de gestores para encaminhamentos para a equipe de saúde mental. A sistematização dos dados permitiu a orientação das ações de prevenção e assistência em saúde de forma mais eficaz e eficiente por uma equipe reduzida de profissionais de saúde mental. O programa de saúde mental desenhado para oferecer apoio e assistência aos servidores permitiu que mesmo com um expressivo aumento na produtividade do tribunal, mesmo com as adaptações ao trabalho remoto e teletrabalho, o esforço de busca ativa do profissionais de saúde mental se traduziu em uma diminuição geral de 9% no total de licenças médicas em 2020, em comparação com a média dos últimos três anos, e um aumento do número de licenças em 2021 relacionado à maior incidência de casos graves (com licenças acima de 60 dias). O índice de assistência e adesão ao tratamento ficou acima de 90% para os casos graves durante os dois anos. A pesquisa de Clima Organizacional da instituição apresentou evidências de que o serviço de saúde foi considerado um recurso importante para percepção de suporte social e satisfação dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental, produtividade, prevenção, absenteísmo.